



CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA	
PROTOCOLO	
Nº 532-LEG	S
DATA: 05/04/26	Rúbrica
HORA: 12:42	

INDICAÇÃO nº 53/2023

Alteração a Lei Complementar N.º 18/2018 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, art. 134, § 3º.

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores:

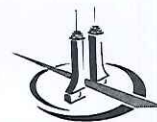
O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PODEMOS), vem respeitosamente, com base no que preceitua o art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, após aprovado pelo douto Plenário, seja enviada correspondência oficial ao Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, através do Gabinete do Prefeito, o presente **REQUERIMENTO** de alteração ao Projeto de Lei Complementar N.º 18/2018 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, art. 134, § 4º de autoria do Poder Executivo, o qual segue:

- Texto Original:

*Seção V*  
*Da Licença Prêmio por Assiduidade*

*Art. 134. Após cada 10 (dez) anos de prestação de serviço ininterrupto ao Município, a contar do ingresso através de concurso público, o servidor regido por esta lei fará jus a uma licença por assiduidade de 6 (seis) meses, mesmo que esteja no exercício de função de confiança.*

*§ 1º Se o servidor requerer a licença por assiduidade, a autoridade competente, constatado o direito do requerente, designará a data do gozo da licença, a qual deverá obrigatoriamente ser dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte meses) meses.*



§ 2º É garantido ao servidor o direito de optar em gozar ou perceber em pecúnia, a vantagem instituída, neste artigo, limitada a percepção de uma remuneração por exercício, considerando a disponibilidade financeira e dependendo da liberação do Prefeito Municipal.

§ 3º A licença por assiduidade poderá ser concedida, de forma fracionada, ao servidor, sendo 2 (dois) meses da licença a cada período de 36 (trinta e seis) meses, desde que solicitado pelo servidor e mediante autorização do Prefeito Municipal.

**- Texto proposto:**

*Seção V*  
*Da Licença Prêmio por Assiduidade*

Art. 134. Após cada 10 (dez) anos de prestação de serviço ininterrupto ao Município, a contar do ingresso através de concurso público, o servidor regido por esta lei fará jus a uma licença por assiduidade de 6 (seis) meses, mesmo que esteja no exercício de função de confiança.

§ 1º Se o servidor requerer a licença por assiduidade, a autoridade competente, constatado o direito do requerente, designará a data do gozo da licença, a qual deverá obrigatoriamente ser dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte meses) meses.

§ 2º É garantido ao servidor o direito de optar em gozar ou perceber em pecúnia, a vantagem instituída, neste artigo, limitada a percepção de uma remuneração por exercício, considerando a disponibilidade financeira e dependendo da liberação do Prefeito Municipal.

§ 3º A licença por assiduidade poderá ser concedida, de forma fracionada, ao servidor, sendo 2 (dois) meses da licença a cada período de 36 (trinta e seis) meses, desde que solicitado pelo servidor e mediante autorização do Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA



*§ 4º Ao servidor que se aposentar ou for exonerado, será assegurado o pagamento da licença-prêmio proporcional ao tempo de serviço ininterrupto cumprido, observado o disposto nos artigos 135 e 136 desta Lei.*

Uruguaiana, 04 de abril de 2024.

Vereador **JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA**  
Bancada do **PODEMOS**





### JUSTIFICATIVA

O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PODEMOS) constatou que a Lei Complementar N.º 18/2018 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, especificamente no art. 134 que não estabelece o pagamento da licença-prêmio proporcional ao tempo de serviço ininterrupto cumprido.

Face a não regulamentação do pagamento proporcional a licença prêmio pelo tempo de serviço aos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, causa inúmeros prejuízos de ordem financeira, a qual entendemos que é totalmente ilegal e temerária, pois se o serviço foi prestado deve haver o pagamento proporcional pelo tempo.

A Licença-prêmio é um direito assegurado aos servidores públicos do município e como o próprio nome diz é em caráter de prêmio que gera o direito ao gozo, que deve ser computado pelo período efetivamente trabalhado, mesmo sendo proporcional, tratando-se de reconhecimento e valorização do Servidor Público e principalmente respeito ao seu direito que entendemos líquido e certo.

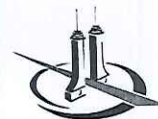
Levando em consideração todo o contexto anteriormente citado, torna-se necessário a alteração do plano de trabalho do servidor público que ao se aposentar e ou for exonerado, devendo ser assegurado o pagamento da licença-prêmio proporcional ao tempo de serviço ininterrupto cumprido.

O Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PODEMOS) constatou que a Lei Complementar N.º 18/2018 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, especificamente no art. 134 que não estabelece o pagamento da licença-prêmio proporcional ao tempo de serviço ininterrupto cumprido.

Face a não regulamentação do pagamento proporcional a licença prêmio pelo tempo de serviço aos Servidores Públicos do Município de Uruguaiana, causa inúmeros prejuízos de ordem financeira, a qual entendemos que é totalmente ilegal e temerária, pois se o serviço foi prestado deve haver o pagamento proporcional pelo tempo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA



A Licença-prêmio é um direito assegurado aos servidores públicos do município e como o próprio nome diz é em caráter de prêmio que gera o direito ao gozo, que deve ser computado pelo período efetivamente trabalhado, mesmo sendo proporcional, tratando-se de reconhecimento e valorização do Servidor Público e principalmente respeito ao seu direito que entendemos líquido e certo.

Levando em consideração todo o contexto anteriormente citado, torna-se necessário a alteração do plano de trabalho do servidor público que ao se aposentar e ou for exonerado, devendo ser assegurado o pagamento da licença-prêmio proporcional ao tempo de serviço ininterrupto cumprido.

Uruguaiana, 04 de abril de 2024.

Vereador **JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA**  
*Bancada do PODEMOS*